



Bahia Mineração S.A. e sua controlada

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Índice

| | |
|----|---|
| 2 | Relatório da Administração |
| 5 | Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis |
| 9 | Balanço patrimonial |
| 10 | Demonstração do resultado |
| 11 | Demonstração do resultado abrangente |
| 12 | Demonstração das mutações do patrimônio líquido |
| 13 | Demonstração dos fluxos de caixa |
| 14 | Notas explicativas às demonstrações contábeis |
| 46 | Composição da Diretoria Estatutária e Contabilidade |
| 47 | Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis |
| 48 | Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes |

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Contexto

A Bahia Mineração S.A. e sua controlada (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída como Companhia individual em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias”), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Atualmente, a BAMIN tem como principal foco o desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”), que consiste na extração, beneficiamento e comercialização de minério de ferro da jazida localizada na cidade de Caetité, na região centro-sul do Estado da Bahia, distante aproximadamente 700 km de Salvador, capital do Estado. O minério de ferro extraído será beneficiado na planta da Companhia, que será instalada na mesma região da mina. Após o beneficiamento e enriquecimento do teor do minério, a produção será escoada pela Ferrovia de Integração Oeste Leste até o terminal portuário da BAMIN no Porto Sul, de onde a produção será exportada.

Mineração

O Pedra de Ferro é o mais importante projeto de mineração de ferro em desenvolvimento na Bahia. Na Mina Pedra de Ferro (“Mina PdF”), a BAMIN produz, de forma sustentável, dois tipos de minerais – Hematita e Itabirito, minérios com alta demanda no mercado internacional, por sua qualidade e capacidade de redução no uso de insumos – questões relevantes para mercados maduros e mais conscientes, que desejam participar ativamente das discussões globais sobre mudanças climáticas e outros temas da agenda da sustentabilidade.

Atualmente, a Mina Pedra de Ferro possui capacidade instalada para produzir até 2 milhões de toneladas anuais de Hematita. **Com investimentos previstos de R\$ 12,4 bilhões nas obras de expansão, a expectativa é alcançar uma capacidade produtiva de 26 milhões de toneladas por ano até 2031.** Com isso, a Bahia se tornará o terceiro maior produtor de minério de ferro do Brasil.

A Hematita apresenta qualidade premium, com alto teor de pureza (cerca de 65% de Ferro), o que permite um processo de beneficiamento a seco, reduzindo o consumo de água e a geração de rejeitos no processo de produção.

A BAMIN irá implantar uma usina de disposição de rejeitos, com filtragem e empilhamento a seco para a Mina Pedra de Ferro. Com a iniciativa, a Companhia descartará a construção de uma barragem, prevista no projeto anteriormente, e será a pioneira na Bahia na adoção da tecnologia. O projeto de alteração seguiu para análise e aprovação dos órgãos reguladores e atende a todas as Normas Brasileiras vigentes.

Os principais benefícios do projeto são:

- Maior conforto e sensação de segurança para as comunidades e para o meio ambiente: não haverá construção de barragens de rejeito;
- Maior recuperação de água: o projeto aumentou em 18% a taxa de reaproveitamento de água do processo de beneficiamento, chegando ao nível de 90%.

Ferrovia

A FIOL é um dos principais projetos de infraestrutura do Brasil. Concebida em três trechos, ao ser concluída, a ferrovia conectará as cidades de Ilhéus, no estado da Bahia e Figueirópolis, no estado do Tocantins, com seus 1.527 quilômetros de extensão.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

O Trecho 1 da ferrovia ("FIOL 1") vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros. Teve sua concessão adquirida em leilão pela BAMIN em abril de 2021. A Companhia prevê investimentos de R\$ 5,8 bilhões para concluir as obras da ferrovia e operá-la, num período total de 35 anos.

A FIOL 1 é fundamental para o projeto de logística integrada da Mina Pedra de Ferro com o Porto Sul, para escoamento da produção para o mercado internacional. Ela terá capacidade de transporte de 60 milhões de toneladas anuais, dos quais a BAMIN vai utilizar 40%, disponibilizando 60% para outras cargas.

Porto

O terminal portuário Porto Sul está sendo construído no distrito de Aritaguá, do município de Ilhéus, no estado da Bahia, e será operado pela BAMIN em parceria com o governo do estado da Bahia.

Com investimento previsto de R\$ 6,7 bilhões, a construção foi iniciada em 2021 e já avançou nas obras de acesso. A ponte sobre o Rio Almada, que conecta a rodovia BA-001 à futura área industrial do porto, foi concluída ainda em 2021.

A partir do Porto Sul, a BAMIN exportará sua produção para o mercado internacional. Há ainda a possibilidade de disponibilizar cerca de 60% da capacidade total do terminal portuário – de até 42 milhões de toneladas – para outras cargas, como grãos, fertilizantes, combustíveis e outros bens minerais. Ele será o primeiro porto do Nordeste a receber navios com capacidade de até 250 mil toneladas.

Projeto PdF

O Projeto Pedra de Ferro segue em desenvolvimento, com a Administração da Companhia revisando o cronograma de obras para preparar o avanço das próximas etapas do projeto.

A Administração da BAMIN mantém seu compromisso com a evolução das próximas fases do Projeto Pedra de Ferro, com a expectativa de alcançar, até 2031, a capacidade total de produção e operação da Mina Pedra de Ferro, da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa expansão será viabilizada pela integração dos três segmentos de atuação da Companhia, cujas obras iniciais foram concluídas conforme o cronograma estabelecido.

Com a conclusão das obras iniciais do Projeto Pedra de Ferro, a Administração da BAMIN está revisando o cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF para estruturar as ações necessárias ao início de uma nova etapa de obras e construções. Nesse contexto, o Projeto PdF entra em um período de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa fase transitória deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa de obras do Projeto PdF.

Desta forma, os investimentos realizados no Projeto PdF refletem a visão estratégica da Companhia de consolidar um corredor logístico eficiente, sustentável e integrado, capaz de impulsionar a competitividade do minério de ferro da BAMIN no mercado internacional.

Para os próximos períodos, a Administração da Companhia mantém uma perspectiva positiva, sustentada pelo apoio contínuo do acionista controlador e pela crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade. A BAMIN permanece comprometida com a execução de seu plano de negócios, realizando de forma diligente todas as atividades de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. A Companhia também assegura o cumprimento integral de suas obrigações socioambientais, garantindo a regularidade dos licenciamentos do Projeto PdF e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável.

Além disso, o Grupo ERG continua empenhado na busca por investidores estratégicos que possam contribuir para a implantação e consolidação do Projeto Pedra de Ferro, com vistas à geração de valor sustentável.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Capital social e resultados do exercício

O capital social autorizado está representado por 11.594.969 (onze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada.

A Companhia apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, prejuízo acumulado na controladora e no consolidado, no montante de R\$ 3.884.071 (2023, R\$ 1.674.438), e apresentou capital circulante líquido, individual e consolidado, no valor negativo de R\$ 23.065, e de R\$ 38.900, respectivamente, (2023, negativo de R\$ 35.221 e positivo de R\$ 152.719).

A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Minerals B.V. (“BM BV”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades e projetos.

Continuidade operacional

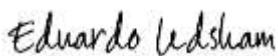
A Administração da Companhia elaborou as suas demonstrações contábeis com base no pressuposto de continuidade das suas operações, contando com o suporte financeiro de seu acionista controlador como garantia da liquidez necessária para fazer frente às obrigações contratuais assumidas. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamento crítico pela Administração da Companhia.

Responsabilidade da Administração

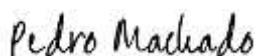
Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado das operações e os fluxos de caixa, individuais e consolidados, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

Diretores

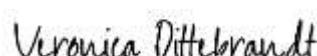
Os diretores em exercício durante o período das demonstrações contábeis, bem como até a data de sua assinatura em 23 de dezembro de 2025 estão indicados a seguir.



Eduardo Ledsham
Diretor



Pedro Machado
Diretor



Veronica Dittebrandt
Diretora



Shape the future
with confidence

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Arvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel. +55 71 2202-6135
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Diretores e Acionistas da
Bahia Mineração S.A.
Salvador - Bahia.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahia Mineração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 3.884.071 mil (consolidado – R\$ 3.884.071 mil) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 23.065 mil (consolidado – R\$ 38.900 mil).



**Shape the future
with confidence**

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Arvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel. +55 71 2202-6135
ey.com.br

Adicionalmente, conforme a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que o Projeto Pedra de Ferro - projeto que envolve a extração e beneficiamento de minério de ferro em Caetité (BA), transporte através da Ferrovia de Integração Oeste Leste (“FIOL 1”) até o Porto Sul, localizado em Ilhéus (BA), para exportação – entrou em um período de conservação e manutenção e os investimentos necessários para conclusão do projeto deverão ser retomados apenas com a entrada de investidores estratégicos. Desta forma, a continuidade da implementação do referido Projeto Pedra de Ferro está atrelada a uma transação futura e entrada de novos investidores. Esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Shape the future
with confidence

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Arvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel. +55 71 2202-6135
ey.com.br

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Shape the future
with confidence

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 2202-6135
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 23 de dezembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O


Daniel de Araujo Peixoto

Contador CRC BA-025348/O

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------------|-------------|--------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Ativo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 2.590 | 6.822 | 4.599 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 11 | 12.904 | 11 |
| Adiantamentos | 7 | 526 | 2.972 | 6.899 |
| Estoques | 8 | 13.470 | 18.158 | 13.470 |
| Tributos a recuperar | 9 | 9.611 | 16.054 | 21.428 |
| Partes relacionadas | 18 | 2.989 | 18.666 | 543 |
| Outros ativos | 10 | 644 | 2.096 | 4.325 |
| | | 29.841 | 77.672 | 51.275 |
| | | | | 328.818 |
| Não circulante | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | |
| Estoques | 8 | 128.870 | 112.425 | 128.870 |
| Partes relacionadas | 18 | 1 | 16.975 | 1 |
| Tributos a recuperar | 9 | - | 2.086 | - |
| Outros ativos | 10 | 298 | 467 | 4.376 |
| | | 129.169 | 131.953 | 133.247 |
| | | | | 152.095 |
| Investimento em controlada | 11 | 479.771 | 506.502 | - |
| Imobilizado | 12 | 994.709 | 2.044.114 | 1.456.399 |
| Intangível | 13 | 50.517 | 50.918 | 50.743 |
| Direito de uso | 14 | - | - | 29.613 |
| | | 1.524.997 | 2.601.534 | 1.536.755 |
| | | | | 2.393.452 |
| Total do ativo | | 1.684.007 | 2.811.159 | 1.721.277 |
| | | | | 2.874.365 |
| Passivo | | | | |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores | 15 | 21.610 | 56.881 | 52.476 |
| Obrigações tributárias e sociais | 16 | 23.563 | 35.218 | 29.954 |
| Compromissos socioambientais | 17 | 6.758 | 19.608 | 6.758 |
| Partes relacionadas | 18 | 23 | - | 23 |
| Outros passivos | | 952 | 1.186 | 964 |
| | | 52.906 | 112.893 | 90.175 |
| | | | | 176.099 |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimos com partes relacionadas | 18 | 2.881.511 | 2.379.521 | 2.881.511 |
| Recuperação ambiental | 19 | 88.961 | 95.459 | 88.961 |
| Provisões para contingências | 20 | 7.757 | 7.300 | 7.757 |
| Outros passivos | | 4.373 | 3.938 | 4.374 |
| | | 2.982.602 | 2.486.218 | 2.982.603 |
| | | | | 2.486.218 |
| Total do passivo | | 3.035.508 | 2.599.111 | 3.072.778 |
| | | | | 2.662.317 |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | 21 | 11.595 | 11.595 | 11.595 |
| Contribuição ao capital | 21 | 2.520.975 | 1.874.891 | 2.520.975 |
| Prejuízos acumulados | | (3.884.071) | (1.674.438) | (3.884.071) |
| | | (1.351.501) | 212.048 | (1.351.501) |
| | | | | 212.048 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.684.007 | 2.811.159 | 1.721.277 |
| | | | | 2.874.365 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receitas | 22 | 6.135 | 198.685 | 6.135 |
| Custo dos produtos vendidos | 23 | (625) | (39.031) | (625) |
| Lucro bruto | | 5.510 | 159.654 | 159.654 |
| Despesas com distribuição | 24 | (5.510) | (159.654) | (5.510) |
| Despesas gerais e administrativas | 25 | (78.365) | (70.619) | (146.943) |
| Equivalência patrimonial | 11 | (57.031) | (32.755) | - |
| Redução ao valor recuperável de ativos | 12 e 13 | (1.242.427) | - | (1.242.427) |
| Outras despesas, líquidas | 26 | (1.257) | (2.166) | (1.281) |
| Resultado operacional | | (1.384.590) | (265.194) | (1.396.161) |
| Receitas financeiras | | 13.184 | 206.336 | 24.831 |
| Despesas financeiras | | (843.736) | (131.685) | (843.812) |
| Resultado financeiro | 27 | (830.552) | 74.651 | (818.981) |
| Prejuízo antes dos tributos sobre lucro | | (2.209.632) | (30.889) | (2.209.632) |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | | (2.209.632) | (30.889) | (2.209.632) |
| | | | | (30.889) |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Prejuízo do exercício | (2.209.632) | (30.889) | (2.209.632) | (30.889) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | (2.209.632) | (30.889) | (2.209.632) | (30.889) |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Capital social | Contribuições ao capital | Prejuízos acumulados | Total |
|---------------------------|-------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| Em 1º de janeiro de 2023 | | 10.955 | 1.341.900 | (1.643.550) | (290.695) |
| Contribuição ao capital | 22 | - | 532.991 | - | 532.991 |
| Capital integralizado | | 640 | - | - | 640 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (30.889) | (30.889) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | 11.595 | 1.874.891 | (1.674.439) | 212.047 |
| Contribuição ao capital | 22 | - | 646.084 | - | 646.084 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (2.209.632) | (2.209.632) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | 11.595 | 2.520.975 | (3.884.071) | (1.351.501) |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Nota | Controladora | | Consolidado | | |
|---|--------------------|------------------|--------------------|------------------|-----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Prejuízo do exercício | (2.209.632) | (30.889) | (2.209.632) | (30.889) | |
| Ajustes para reconciliação do lucro do exercício | | | | | |
| Depreciação e amortização | 3.855 | 3.472 | 4.738 | 4.278 | |
| Redução no valor recuperável de ativos | 1.242.427 | - | 1.242.427 | - | |
| Baixa de ativo imobilizado e intangível | 1.738 | 188 | 2.110 | 196 | |
| Contingências | 457 | 368 | 457 | 368 | |
| Reversão de apropriação de despesas | (110) | (4.437) | (1.243) | (4.437) | |
| Equivalência patrimonial | 57.031 | 32.755 | - | - | |
| Juros e variação cambial, líquidos de capitalização | 831.076 | (70.382) | 831.076 | (70.382) | |
| Variações no capital circulante | | | | | |
| Estoques | 8 | (11.757) | (37.144) | (37.144) | |
| Adiantamentos | | 2.446 | 211 | (613) | (2.994) |
| Contas a receber | 6 | 12.893 | 25.141 | 12.893 | 25.141 |
| Partes relacionadas | 18 | 44.102 | (7.055) | 46.033 | (8.586) |
| Tributos a recuperar | 9 | 8.529 | 14.600 | 12.841 | 3.168 |
| Outros | 10 | 604 | 2.318 | 1.632 | (1.674) |
| Fornecedores | 15 | (35.161) | (60.835) | (59.670) | (32.540) |
| Obrigações tributárias e sociais | 16 | (11.655) | (297) | (13.095) | (170) |
| Compromissos socioambientais | 17 | (17.765) | (11.159) | (17.765) | (11.159) |
| Caixa líquido usado para atividades operacionais | | (80.922) | (143.145) | (159.568) | (166.824) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | | |
| Adições em investimentos | 11 | (30.300) | - | - | |
| Aquisição de imobilizado | 12 | (95.866) | (190.999) | (291.065) | (384.529) |
| Aquisição de intangível | 13 | (718) | (4.648) | (817) | (4.768) |
| Caixa líquido usado para atividades de investimento | | (126.884) | (195.647) | (291.882) | (389.297) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | |
| Captação de empréstimos junto a partes relacionadas | 18 (b) | 105.869 | 162.687 | 105.869 | 162.687 |
| Contribuições ao capital de partes relacionadas | 18 (b) | 97.705 | 129.424 | 97.705 | 129.424 |
| Integralização de capital social | | - | 640 | - | 640 |
| Caixa líquido gerado das atividades de financiamento | | 203.574 | 292.751 | 203.574 | 292.751 |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | | (4.232) | (46.041) | (247.876) | (263.370) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício | 5 | 6.822 | 52.863 | 252.475 | 515.845 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício | 5 | 2.590 | 6.822 | 4.599 | 252.475 |

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Bahia Mineração S.A. ("BAMIN" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, a Bahia Ferrovias S.A. ("Bahia Ferrovias"), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste ("FIOL"). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Projeto PdF

O Projeto Pedra de Ferro ("Projeto PdF") segue em desenvolvimento, com a Administração da BAMIN revisando o cronograma de obras para preparar o avanço das próximas etapas do projeto.

A Administração da BAMIN mantém seu compromisso com a evolução das próximas fases do Projeto Pedra de Ferro, com a expectativa de alcançar, até 2031, a capacidade total de produção e operação da Mina Pedra de Ferro ("Mina PdF"), da FIOL 1 ("Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho 1") e do Porto Sul. Essa expansão será viabilizada pela integração dos três segmentos de atuação da BAMIN, cujas obras iniciais foram concluídas conforme o cronograma estabelecido.

Com a conclusão das obras iniciais do Projeto Pedra de Ferro, a Administração da BAMIN está revisando o cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF para estruturar as ações necessárias ao início de uma nova etapa de obras e construções. Nesse contexto, o Projeto PdF entra em um período de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa fase transitória deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa de obras do Projeto PdF.

Desta forma, os investimentos realizados no Projeto PdF refletem a visão estratégica da BAMIN de consolidar um corredor logístico eficiente, sustentável e integrado, capaz de impulsionar a competitividade do minério de ferro da BAMIN no mercado internacional.

Para os próximos períodos, a Administração da BAMIN mantém uma perspectiva positiva, sustentada pelo apoio contínuo do acionista controlador e pela crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade. A BAMIN permanece comprometida com a execução de seu plano de negócios, realizando de forma diligente todas as atividades de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. A BAMIN também assegura o cumprimento integral de suas obrigações socioambientais, garantindo a regularidade dos licenciamentos do Projeto PdF e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável.

Além disso, o Grupo ERG continua empenhado na busca por investidores estratégicos que possam contribuir para a implantação e consolidação do Projeto Pedra de Ferro, com vistas à geração de valor sustentável.

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 23 de dezembro de 2025.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; e (ii) perdas pela redução do valor recuperável de ativos (“*impairment*”), quando aplicável.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na nota 3.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da BAMIN e sua controlada em 31 de dezembro de 2024. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

A base de consolidação da BAMIN, inclui as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias que é uma sociedade anônima com o objetivo de explorar, em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, associadas à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, com extensão de 537 km (“FIOL 1”), nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A Companhia detém 100% do capital social da Bahia Ferrovias.

2.3 Declaração de continuidade

A Companhia apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, prejuízo acumulado na controladora e no consolidado, no montante de R\$ 3.884.071 (2023, R\$ 1.674.438), e apresentou capital circulante líquido, controladora e consolidado, no valor negativo de R\$ 23.065, e de R\$ 38.900, respectivamente, (2023, negativo de R\$ 35.221 e positivo de R\$ 152.719).

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de demonstrações contábeis. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras categorias são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das Demonstrações Contábeis Primárias (*Primary Financial Statements “PFS”*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da optionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas Demonstrações Contábeis Primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis.

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações contábeis consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado, em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (“MEP”) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, o CPC, emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.5 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$") foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira (continuação)

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.6 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento e desconhecimento

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mesurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Instrumentos financeiros (continuação)

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob a categoria “passivos financeiros ao custo amortizado”. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia classifica todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são contabilizadas no resultado. A Companhia possui operações com Fornecedores como passivos financeiros não derivativos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.8 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes apresentam os valores a receber pela venda de minério de ferro da Companhia e é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. No entanto, a Companhia não apresenta histórico de perdas com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas e desta forma não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

2.9 Adiantamentos

Os adiantamentos a fornecedores são inicialmente reconhecidos como um ativo circulante da Companhia, uma vez que representam recursos financeiros que serão utilizados no curto prazo. Quando os bens ou serviços pelos quais os adiantamentos foram feitos são recebidos, o montante correspondente é apropriado do ativo para o resultado do exercício corrente.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel e incluem todos os custos incorridos no curso normal das operações para trazer os produtos até o local e condição atual.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de produção, extração, mão de obra direta, depreciação, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade da Companhia), excluindo os custos de empréstimos.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Uma vez que a Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, a formação de estoque tem como objetivo a evolução da escala do processo produtivo e a apresentação para um mercado ativo de *commodities*¹ de minério de ferro, produto gerado pela Companhia. Ou seja, apresentar um minério de ferro com alta qualidade e produzido sobre as melhores práticas de sustentabilidade.

Os estoques classificados no ativo circulante são aqueles que a Companhia espera comercializar até o final do exercício subsequente. Já os produtos mantidos no ativo não circulante são os produtos que a Companhia espera beneficiar e comercializar após a construção e instalação da usina de beneficiamento da Mina PdF.

2.11 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

2.12 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais constituem valores vinculados a processos em curso e têm por objetivo garantir o adimplemento de obrigações até decisão judicial definitiva. No âmbito da Companhia, abrangem: (i) depósitos relacionados à aquisição compulsória de propriedades necessárias à implantação da infraestrutura e superestrutura da FIOL 1, como instrumento de garantia de que os proprietários receberão compensação justa pela desapropriação; e (ii) depósitos decorrentes de processos litigiosos de natureza cível, trabalhista e tributária, quando exigidos como condição para discutir o mérito da ação ou para suspender a exigibilidade de débitos.

Os depósitos judiciais são registrados pelo montante efetivamente depositado, acrescido da atualização monetária e dos encargos determinados pela legislação e pelos índices judiciais aplicáveis. Enquanto perdurar a restrição, tais valores não estão disponíveis para uso pela Companhia.

¹ *Commodities* é o plural do termo *commodity*, em inglês, que corresponde a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações e instalações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

(c) Ativos em construção

Compreendem os ativos minerais, os gastos incorridos na fase de exploração e avaliação, bem como os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF em Caetité e do Porto Sul em Ilhéus, que subsequentemente serão reconhecidos no ativo pronto para uso quando a mina e o porto começarem a produzir e a operar de acordo com o propósito pretendido pela Administração da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13 Imobilizado (continuação)

A Companhia capitaliza os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul, esses gastos podem basicamente serem elencados como: prospecção, geologia, topografia, sondagem, salários e encargos, consultoria e assessorios, estudos técnicos e outros gastos acessórios.

Gastos relacionados ao desenvolvimento da escala produtiva da Companhia, através da abordagem margem líquida igual a zero, também formam o ativo em construção. Uma vez que as atividades da fase de desenvolvimento da Companhia contribuem para desenvolvimento da infraestrutura do Projeto PdF.

A capitalização dos gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul também inclui os custos de empréstimos. Isso significa que os juros provenientes das operações de empréstimos entre partes relacionadas em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros das operações, fazem parte da formação do ativo em construção da Companhia. Além disso, as variações cambiais que representam ajustes nos custos de juros são definidas como a diferença de taxa de juros entre os custos de empréstimos que seriam incorridos se a Companhia tomasse empréstimos em sua moeda funcional e os custos de empréstimos incorridos em moeda estrangeira. A Companhia adota o julgamento de considerar as variações cambiais como ajustes nos custos de juros apenas quando elas aproximam os custos de empréstimos em diferentes moedas. Variações cambiais que distanciam os custos de empréstimos em diferentes moedas não são consideradas como ajustes nos custos de juros das operações de empréstimos para o desenvolvimento dos ativos em construção.

2.14 Direito de uso

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

2.15 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15 Intangível (continuação)

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

(a) Softwares

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas.

2.16 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Em caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* são revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica, denominado *Bankable Feasibility Study* ("BFS"), referente ao Projeto Pedra de Ferro. Os fluxos de caixa contidos no BFS são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto;
- Níveis de produção futuros de minério de ferro;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

A Administração da Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2024, testes de recuperabilidade (*impairment*) de seus ativos. Identificaram-se indícios de perda decorrentes da revisão do cronograma de desenvolvimento do Projeto PdF e de sua entrada em fase transitória de conservação e manutenção, conforme nota 1. Diante desses fatores, a Administração projetou os fluxos de caixa do Projeto PdF para avaliar a necessidade de reduzir ao valor recuperável os saldos registrados no imobilizado, no intangível e em outros ativos. Com base nas análises realizadas, foi reconhecida, no exercício, perda por *impairment*.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.17 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses após a data de emissão do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As obrigações a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.18 Empréstimos com partes relacionadas

Os empréstimos tomados com partes relacionadas são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia é parte em contratos de *Profit Participating Loans* ("PPL") com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de PPL representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

2.19 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados. E ainda assim, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor que foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação dessas obrigações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do tributo, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.20 Imposto de renda e contribuição social e diferido

A Companhia está em fase de desenvolvimento e não possui receitas ou rendas tributáveis pelo imposto de renda ou contribuição social.

Tributos diferidos podem ser calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre as bases tributárias e contábeis de ativos e passivos. As alíquotas atuais são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos serão reconhecidos apenas se houver expectativa de lucros tributáveis futuros que permitam sua utilização. A Companhia optou por não reconhecer esses ativos, considerando sua fase atual e a ausência de histórico de lucros tributáveis.

2.21 Capital Social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.22 Reconhecimento de receita

(a) Receita de venda de minério de ferro em fase de desenvolvimento

A receita é reconhecida quando o controle do produto é transferido para o cliente.

Geralmente, algumas *commodities* entregues aos clientes são precificadas provisoriamente na data em que a receita é reconhecida. Os ajustes sobre receita são tratados de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” e não são tratados sob o CPC 47 / IFRS 15 “Receita de contrato com cliente”, portanto, as regras do CPC 47 / IFRS 15 sobre receita de contrato com cliente com contraprestação variável não se aplicam. Esses ajustes, portanto, representam receitas de outras fontes que não os contratos com clientes.

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

Todas as receitas de vendas da Companhia são decorrentes da fase de desenvolvimento do Projeto PdF. A Companhia aplica uma abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos (nota 2.23), equivalentes às receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF. Para aplicação desta abordagem contábil, as receitas de vendas da Companhia são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.23 Custos dos produtos vendidos

Os custos de produção de itens de estoque vendidos, antes da Mina PdF está pronta para o uso pretendido pela Administração da Companhia, são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o CPC 16 / IAS 2. No entanto, como os custos relacionados ao uso do ativo Mina PdF não estão refletidos na produção dos estoques, e as receitas de vendas são decorrentes da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, a Companhia aplica uma abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes às receitas de vendas (nota 2.22) da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, reconhecidas no resultado do exercício, como parte dos gastos (ou deduções dos gastos) decorrentes do desenvolvimento da infraestrutura do Projeto PdF.

2.24 Despesas de distribuição

Os gastos logísticos são todas as despesas relativas ao esforço de distribuição da Companhia para gerar a venda de produtos de minério de ferro, ou seja, incorrem quando os produtos de minério de ferro encontram-se nas condições físicas e químicas finais para venda ao cliente final. Por conta da representatividade das despesas de distribuição, a Companhia apresenta o reconhecimento das despesas de distribuição em classificação específica na sua demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do direito de uso com vida útil definida e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão sempre as mais próximas possíveis, e raramente iguais aos respectivos resultados reais.

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera o suporte financeiro de seu acionista controlador para garantir que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamentos críticos pela Administração da Companhia, conforme nota 2.3.

(b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, necessárias para a liquidação das obrigações da Companhia, não prevê a incidência de juros. Com isso, o valor justo reconhecido pela Companhia busca refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência, onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos (continuação)

(c) Subconcessão da FIOL

A Bahia Ferrovias, companhia controlada pela BAMIN, está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 - “Ativo Imobilizado”, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial mensurado, ajustado por quaisquer pagamentos até a data de início, somados a quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo subconcessionário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo subconcessionário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições da subconcessão, menos quaisquer incentivos recebidos.

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC (empresa pública, controlada pela União através do Ministério da Infraestrutura do Brasil), livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do contrato de subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados à subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

(d) Perda (*impairment*) do intangível

O intangível da Companhia de direitos minerários e contratos de servidão são revisados anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Os direitos minerários da Companhia correspondem aos processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral, e em prazo que corresponderá à vida útil estimada da reservada Mina PdF.

(e) Receita de venda precificada provisoriamente

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de moeda

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação das taxas de câmbio. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não-derivativos a essa variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, que é a taxa de câmbio dólar-real.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta a exposição à moeda como se fosse independente, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio, os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia considera três cenários na análise de sensibilidade. Além de uma variação considerada razoável, outros dois cenários que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas atividades da Companhia.

O cenário razoável considerado foi de mesma variação percentual do dólar-real, enquanto foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% e de 50% para os cenários adicionais adversos, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro à variação da taxa de câmbio dólar-real, é apresentada na tabela abaixo:

| | Valor justo em US\$ | Taxa de câmbio em 31.12.2024 | Cenário razoável | Cenário adverso I (25%) | Cenário adverso II (50%) |
|---|------------------------|------------------------------------|---------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| Empréstimos com partes relacionadas (passivo) | 558.240 | 6,1923 | 2.881.511 | 3.601.511 | 4.322.267 |
| Impacto no resultado do exercício (despesa) | | | - | (720.378) | (1.440.756) |

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação as obrigações de desempenho junto ao contrato de concessão, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas como necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

A gestão de capital da Companhia compreende a aplicação de recursos em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. A companhia não possui dívidas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta dívidas com empréstimos e financiamento com terceiros.

(e) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, fornecedores, obrigações com clientes e empréstimos e financiamentos.

| Ativos | Categoria | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|---------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Caixa e equivalentes de caixa | Ao custo amortizado | 2.590 | 6.822 | 4.599 | 252.475 |
| Contas a receber de clientes | Ao custo amortizado | 11 | 12.904 | 11 | 12.904 |
| Partes relacionadas | Ao custo amortizado | 2.990 | 35.641 | 544 | 35.126 |
| | | 5.591 | 55.367 | 5.154 | 300.505 |
| Passivos | Categoria | | | | |
| Empréstimos com partes relacionadas | Ao custo amortizado | 2.881.511 | 2.379.521 | 2.881.511 | 2.379.521 |
| Fornecedores | Ao custo amortizado | 21.610 | 56.881 | 52.476 | 112.256 |
| Partes relacionadas | Ao custo amortizado | 23 | - | 23 | - |
| | | 2.903.144 | 2.436.402 | 2.934.010 | 2.491.777 |

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|-------|--------------|---------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 2.498 | 6.456 | 4.480 | 251.850 |
| Depósitos bancários à vista | 81 | 345 | 103 | 603 |
| Recursos em caixa | 11 | 21 | 16 | 22 |
| | 2.590 | 6.822 | 4.599 | 252.475 |

Os títulos e valores mobiliários correspondem a aplicações financeiras em renda fixa, contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, com baixo risco de liquidez, remuneração média de 100,28% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários em 31 de dezembro de 2024 (remuneração média de 102,26% do CDI em 31 de dezembro de 2023) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata e por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa por atenderem aos requisitos no CPC 03 / IAS 7.

6. Contas a receber de clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Cliente no mercado interno | 11 | 2.087 | 11 | 2.087 |
| Cliente no mercado externo | - | 10.817 | - | 10.817 |
| | 11 | 12.904 | 11 | 12.904 |

Os contratos de vendas de produtos são sujeitos à precipitação provisória, conforme nota 2.22 (a) e nota 3 (e). A Companhia não apresenta histórico de inadimplência com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas. Desta forma, não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

7. Adiantamentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|--------------|-------|--------------|-------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Fornecedores | - | 2.174 | 6.323 | 5.369 |
| Empregados | 526 | 798 | 576 | 917 |
| | 526 | 2.972 | 6.899 | 6.286 |

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|-----------------|----------|-----------------|----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Minério bruto | 119.787 | 112.907 | 119.787 | 112.907 |
| Produto processado | 22.553 | 16.545 | 22.553 | 16.545 |
| Produto em processamento | - | 1.131 | - | 1.131 |
| | 142.340 | 130.583 | 142.340 | 130.583 |
| (-) Circulante | (13.470) | (18.158) | (13.470) | (18.158) |
| Não circulante | 128.870 | 112.425 | 128.870 | 112.425 |

9. Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------|-----------------|----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| PIS ² e COFINS ³ não cumulativo (i) | 7.256 | 13.316 | 7.265 | 13.332 |
| CFEM ⁴ a recuperar | 835 | 3.299 | 835 | 3.299 |
| ISS ⁵ a recuperar | - | 2 | - | 2 |
| IRRF ⁶ sobre aplicações financeiras | 91 | 1.522 | 3.997 | 12.147 |
| ICMS ⁷ a recuperar | 52 | - | 52 | - |
| Outros tributos a recuperar | 1.377 | 1 | 9.279 | 5.489 |
| | 9.611 | 18.140 | 21.428 | 34.269 |
| (-) Circulante | (9.611) | (16.054) | (21.428) | (16.054) |
| Não circulante | - | 2.086 | - | 18.215 |

(i) Créditos tributários decorrentes, principalmente, da evolução das obras de construção de infraestruturas do Porto Sul e das atividades de desenvolvimento da Mina PdF.

10. Outros ativos

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|---------|----------------|---------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Seguros a apropriar | 207 | 600 | 4.003 | 3.614 |
| Depósitos recursais | 298 | 467 | 4.259 | 4.158 |
| Créditos com terceiros | 437 | 1.496 | 439 | 1.498 |
| | 942 | 2.563 | 8.701 | 9.270 |
| (-) Circulante | (644) | (2.096) | (4.325) | (4.790) |
| Não circulante | 298 | 467 | 4.376 | 4.480 |

² Programa de Integração Social.

³ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁴ Compensação Financeira pela Exploração Mineral.

⁵ Imposto Sobre Serviços.

⁶ Imposto de Renda Retido na Fonte.

⁷ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento em controlada

As principais informações sobre a Bahia Ferrovias, empresa controlada pela BMIN, estão apresentadas a seguir:

(a) Participação em controlada

| Investida | Atividade principal | Controle | Participação | | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------|---------------------|------------|--------------|------|--------------|---------|-------------|------|
| | | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Bahia Ferrovias | Logística | Controlada | 100% | 100% | 479.771 | 506.502 | - | - |

(b) Posição financeira da controlada

| Controlada | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Prejuízo acumulado |
|-----------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|
| Bahia Ferrovias | 23.880 | 491.528 | 39.715 | - | 479.771 | (146.031) |

(c) Movimentação dos investimentos em controlada

| Controladora | |
|--------------|----------|
| 2024 | 2023 |
| 506.502 | 539.257 |
| (57.031) | (32.755) |
| 30.300 | - |
| 479.771 | 506.502 |

Os aportes realizados pela Companhia em sua controlada ocorreram por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”), com expectativa de conversão em capital social no exercício de 2025.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

| | Controladora | | | | | |
|---|---------------|---------------------------|-----------------|---|-----------------|------------------|
| | Terrenos | Edificações e instalações | Equipamentos | Ativos em construção (nota 2.13 (c)) | Outros | Total |
| Custo | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | 58.891 | 31.053 | 20.759 | 1.649.238 | 17.202 | 1.777.143 |
| Adições | 92 | 5.497 | 1.979 | 200.365 | 1.419 | 209.352 |
| Custo de empréstimos | - | - | - | 94.996 | - | 94.996 |
| Baixas | - | - | - | - | (39) | (39) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 58.983 | 36.550 | 22.738 | 1.944.599 | 18.582 | 2.081.452 |
| Depreciação acumulada | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | - | (10.419) | (10.578) | - | (8.658) | (29.655) |
| Depreciação | - | (4.282) | (1.367) | - | (2.068) | (7.717) |
| Baixas | - | - | - | - | 34 | 34 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | - | (14.701) | (11.945) | - | (10.692) | (37.338) |
| Custo total | 58.983 | 36.550 | 22.738 | 1.944.599 | 18.582 | 2.081.452 |
| Depreciação acumulada | - | (14.701) | (11.945) | - | (10.692) | (37.338) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 58.983 | 21.849 | 10.793 | 1.944.599 | 7.890 | 2.044.114 |
| Custo | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | 58.983 | 36.550 | 22.738 | 1.944.599 | 18.582 | 2.081.452 |
| Adições | 271 | 180 | 31 | 99.971 | 329 | 100.782 |
| Custo de empréstimos (i) | - | - | - | 101.996 | - | 101.996 |
| Redução valor recuperável de ativo (ii) | - | - | - | (1.242.427) | - | (1.242.427) |
| Baixas | (200) | - | (1.628) | - | (2.376) | (4.204) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 59.054 | 36.730 | 21.141 | 904.139 | 16.535 | 1.037.599 |
| Depreciação acumulada | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | - | (14.701) | (11.945) | - | (10.692) | (37.338) |
| Depreciação | - | (4.396) | (1.453) | - | (2.169) | (8.018) |
| Baixas | - | - | 292 | - | 2.174 | 2.466 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | - | (19.097) | (13.106) | - | (10.687) | (42.890) |
| Custo total | 59.054 | 36.730 | 21.141 | 904.139 | 16.535 | 1.037.599 |
| Depreciação acumulada | - | (19.097) | (13.106) | - | (10.687) | (42.890) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 59.054 | 17.633 | 8.035 | 904.139 | 5.848 | 994.709 |

- (i) A Companhia capitalizou o montante de R\$ 101.996 (2023, R\$ 94.996), referente a custos de empréstimos relacionados a ativo qualificado, conforme as disposições do CPC 20 (R1) / IAS 23.
- (ii) Inclui perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), relacionadas ao Projeto PdF, no montante de R\$ 1.242.427 (2023, R\$ 0).

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado (continuação)

| | Consolidado | | | | | |
|---|---------------|---------------------------|-----------------|---|-----------------|------------------|
| | Terrenos | Edificações e instalações | Equipamentos | Ativos em construção (nota 2.13 (c)) | Outros | Total |
| Custo | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | 58.891 | 33.057 | 20.963 | 1.719.219 | 19.124 | 1.851.254 |
| Adições | 178 | 5.497 | 2.385 | 393.891 | 1.867 | 403.818 |
| Custo de empréstimos | - | - | - | 94.996 | - | 94.996 |
| Baixas | - | - | (8) | - | (39) | (47) |
| Transferências | - | (164) | - | - | 164 | - |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 59.069 | 38.390 | 23.340 | 2.208.106 | 21.116 | 2.350.021 |
| Depreciação acumulada | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | - | (10.420) | (10.586) | - | (8.741) | (29.747) |
| Depreciação | - | (4.651) | (1.411) | - | (2.433) | (8.495) |
| Baixas | - | - | - | - | 34 | 34 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | - | (15.071) | (11.997) | - | (11.140) | (38.208) |
| Custo total | 59.069 | 38.390 | 23.340 | 2.208.106 | 21.116 | 2.350.021 |
| Depreciação acumulada | - | (15.071) | (11.997) | - | (11.140) | (38.208) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 59.069 | 23.319 | 11.343 | 2.208.106 | 9.976 | 2.311.813 |
| Custo | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | 59.069 | 38.390 | 23.340 | 2.208.106 | 21.116 | 2.350.021 |
| Adições | 271 | 180 | 65 | 295.085 | 380 | 295.981 |
| Custo de empréstimos (i) | - | - | - | 101.996 | - | 101.996 |
| Redução valor recuperável de ativo (ii) | - | - | - | (1.242.427) | - | (1.242.427) |
| Baixas | (200) | - | (1.629) | - | (2.862) | (4.691) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 59.140 | 38.570 | 21.776 | 1.362.760 | 18.634 | 1.500.880 |
| Depreciação acumulada | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | - | (15.071) | (11.997) | - | (11.140) | (38.208) |
| Depreciação | - | (4.766) | (1.528) | - | (2.560) | (8.854) |
| Baixas | - | - | 292 | - | 2.289 | 2.581 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | - | (19.837) | (13.233) | - | (11.411) | (44.481) |
| Custo total | 59.140 | 38.570 | 21.776 | 1.362.760 | 18.634 | 1.500.880 |
| Depreciação acumulada | - | (19.837) | (13.233) | - | (11.411) | (44.481) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 59.140 | 18.733 | 8.543 | 1.362.760 | 7.223 | 1.456.399 |

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado (continuação)

Análise da vida útil

Até 31 de dezembro de 2024, não houve alterações nas vidas úteis adotadas. A Companhia realiza essa avaliação, no mínimo, anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

A Companhia avaliou o valor recuperável dos ativos que apresentaram indícios de desvalorização por meio de teste de *impairment*. Em 31 de dezembro de 2024, o valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs⁸) — Mina PdF, FIOL 1 e Porto Sul — totalizou R\$ 1.045.266, apurado com base no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa para 30 anos, elaboradas com estimativas financeiras aprovadas pela Administração.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

As projeções de fluxo de caixa foram atualizadas para refletir os indícios de desvalorização decorrentes da conclusão das obras iniciais do Projeto PdF e da revisão do cronograma para a etapa seguinte, que inaugurou uma fase transitória de conservação e manutenção. O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa, Mina PdF, FIOL 1 e Porto Sul, é mais sensível às seguintes premissas, alinhadas à melhor expectativa da Administração.

Na revisão, a Administração considerou, entre outros fatores:

- Curva de preços do minério de ferro: curva de preços com base às expectativas de mercado futuro, prêmios por teor, afetando receita por tonelada;
- Inflação (IPCA⁹, IGP-M¹⁰ e índices setoriais): reajustes de energia, combustíveis, insumos, contratos de terceiros e mão de obra, bem como tarifas ferroviárias e portuárias;
- Taxas de desconto (*WACC*¹¹): 17,9% para a fase de obras e 14,4% para a fase operacional, refletindo os riscos específicos de cada etapa do Projeto PdF;
- Variação cambial: estimada com base nas expectativas de mercado compiladas pelo Banco Central do Brasil.
- Cronograma e disponibilidade da logística integrada (Projeto PdF): marcos de obras, curva de *ramp-up* da capacidade, disponibilidade da infraestrutura de ferrovia (FIOL 1) e porto (Porto Sul).

Em função do exposto acima, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 1.242.427.

⁸ UGC significa Unidade Geradora de Caixa. Conforme CPC 01 (R1) / IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

⁹ IPCA significa Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, que é usado para observar tendências de inflação no Brasil.

¹⁰ O IGP-M vem de Índice Geral de Preços do Mercado e representa o indicador econômico mensal criado pela Fundação Getúlio Vargas que mede a variação de preços na economia brasileira, abrangendo desde matérias-primas até produtos e serviços para o consumidor final.

¹¹ WACC vem do inglês *Weighted Average Capital Cost* e representa o custo médio ponderado de capital da Companhia. Ela representa a taxa de desconto ou o custo de capital utilizado em uma análise de retorno.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

| | Controladora | | | | |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | Marcas corporativas | Direitos minerários | Softwares | Contratos de servidão | Total |
| Custo | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | 5 | 39.801 | 9.863 | 5.577 | 55.246 |
| Adições (i) | - | - | 517 | 4.131 | 4.648 |
| Baixas | - | (149) | - | - | (149) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 5 | 39.652 | 10.380 | 9.708 | 59.745 |
| Amortização acumulada | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | - | - | (7.999) | (82) | (8.081) |
| Amortizações | - | - | (691) | (55) | (746) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | - | - | (8.690) | (137) | (8.827) |
| Custo total | 5 | 39.652 | 10.380 | 9.708 | 59.745 |
| Amortização acumulada | - | - | (8.690) | (137) | (8.827) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 5 | 39.652 | 1.690 | 9.571 | 50.918 |
| Custo | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | 5 | 39.652 | 10.380 | 9.708 | 59.745 |
| Adições | - | - | 308 | 410 | 718 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 5 | 39.652 | 10.688 | 10.118 | 60.463 |
| Amortização acumulada | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | - | - | (8.690) | (137) | (8.827) |
| Amortizações | - | - | (613) | (506) | (1.119) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | - | - | (9.303) | (643) | (9.946) |
| Custo total | 5 | 39.652 | 10.688 | 10.118 | 60.463 |
| Amortização acumulada | - | - | (9.303) | (643) | (9.946) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 5 | 39.652 | 1.385 | 9.475 | 50.517 |

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível (continuação)

| | Consolidado | | | | |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|-----------------------|-----------------|
| | Marcas corporativas | Direitos minerários | Softwares | Contratos de servidão | Total |
| Custo | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | 5 | 39.801 | 9.949 | 5.577 | 55.332 |
| Adições | - | - | 637 | 4.131 | 4.768 |
| Baixas | - | (149) | - | - | (149) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 5 | 39.652 | 10.586 | 9.708 | 59.951 |
| Amortização acumulada | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | - | - | (8.004) | (82) | (8.086) |
| Amortizações | - | - | (719) | (55) | (774) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | - | - | (8.723) | (137) | (8.860) |
| Custo total | 5 | 39.652 | 10.586 | 9.708 | 59.951 |
| Amortização acumulada | - | - | (8.723) | (137) | (8.860) |
| 31 de dezembro de 2023 | 5 | 39.652 | 1.863 | 9.571 | 51.091 |
| Custo | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | 5 | 39.652 | 10.586 | 9.708 | 59.951 |
| Adições | - | - | 407 | 410 | 817 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 5 | 39.652 | 10.993 | 10.118 | 60.768 |
| Amortização acumulada | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | - | - | (8.723) | (137) | (8.860) |
| Amortizações | - | - | (659) | (506) | (1.165) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | - | - | (9.382) | (643) | (10.025) |
| Custo total | 5 | 39.652 | 10.993 | 10.118 | 60.768 |
| Amortização acumulada | - | - | (9.382) | (643) | (10.025) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 5 | 39.652 | 1.611 | 9.475 | 50.743 |

Análise da vida útil

Até 31 de dezembro de 2024, não houve alterações nas vidas úteis adotadas. A Companhia realiza essa avaliação, no mínimo, anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade do intangível (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia realizou a análise de *impairment* dos seus ativos em 31 de dezembro de 2024 e perdas por redução ao valor recuperável de ativos foram reconhecidas.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Direito de uso

| | Consolidado | |
|----------------------------------|--|----------------|
| | <u>Outorga da subconcessão (i)</u> | <u>Total</u> |
| Custo | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | 32.730 | 32.730 |
| Adições | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 32.730 | 32.730 |
| Amortização acumulada | | |
| Em 1º de janeiro de 2023 | (1.247) | (1.247) |
| Amortizações | (935) | (935) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | (2.182) | (2.182) |
| Custo total | 32.730 | 32.730 |
| Amortização acumulada | (2.182) | (2.182) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 30.548 | 30.548 |
| Custo | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | 32.730 | 32.730 |
| Adições | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 32.730 | 32.730 |
| Amortização acumulada | | |
| Em 1º de janeiro de 2024 | (2.182) | (2.182) |
| Amortizações | (935) | (935) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | (3.117) | (3.117) |
| Custo total | 32.730 | 32.730 |
| Amortização acumulada | (3.117) | (3.117) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 29.613 | 29.613 |

- (i) O Contrato de Subconcessão da Fiol, da controlada Bahia Ferrovias, no qual a outorga da subconcessão representa o custo incremental de obtenção da subconcessão que não teria sido incorrido se o negócio não tivesse sido obtido. Desta maneira, a outorga da subconcessão representa um direito de uso da malha ferroviária. A Bahia Ferrovias tem cinco anos, a contar da data de assunção do contrato, para início das operações. Assim, o prazo da amortização dos ativos de direito de uso é de trinta anos, finalizando, com o fim do contrato, em 3 de setembro de 2055.

15. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|--------|-------------|---------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Fornecedor no mercado interno | 21.610 | 56.881 | 52.476 | 112.256 |

A redução do contas a pagar com fornecedores se refere principalmente ao impacto da revisão das políticas internas e procedimentos de tesouraria para salvaguardar as disponibilidades da Companhia, ao passo de não afetar a evolução das obras de construção de infraestruturas do Porto Sul e das atividades de desenvolvimento da Mina PdF.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações tributárias e sociais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|--------|---------------|--------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Programa de participação nos resultados | 12.862 | 16.852 | 15.357 | 20.576 |
| Provisão de férias | 7.299 | 8.047 | 8.756 | 9.462 |
| Tributos trabalhistas | 2.979 | 3.705 | 3.594 | 4.412 |
| Tributos sobre faturamento | - | 4.755 | - | 4.755 |
| Tributos retidos sobre serviços | 399 | 1.622 | 2.223 | 3.489 |
| Outros | 24 | 237 | 24 | 355 |
| | 23.563 | 35.218 | 29.954 | 43.049 |

17. Compromissos socioambientais

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|----------|-----------------|----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Termo de compromisso socioambiental | 19.608 | 29.448 | 19.608 | 29.448 |
| (+) Ajuste do valor do dinheiro no tempo | 4.915 | 1.319 | 4.915 | 1.319 |
| (-) Pagamentos | (17.765) | (11.159) | (17.765) | (11.159) |
| | 6.758 | 19.608 | 6.758 | 19.608 |

O Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual da Bahia, Estado da Bahia (por meio da Casa Civil e da Secretaria de Meio Ambiente (“SEMA”), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“INEMA”), Município de Ilhéus, juntamente com a Companhia resolveram celebrar o Termo de Compromisso Socioambiental (“TCSA”).

O acordo visa a previsibilidade e o consenso entre as partes, em relação às compensações socioambientais a serem implementadas na região onde serão construídas as futuras instalações do Porto Sul, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, e a manutenção das funções ecológicas e dos serviços ecossistêmicos, por meio de ações integradas destinadas a prevenir, em escala de paisagem, danos ambientais evitáveis e mitigar impactos não evitáveis.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos com partes relacionadas possuem as seguintes composições:

| | Controladora | | Consolidado | | |
|--------------------------------------|--------------|----------------------------|-------------|----------------------------|----------------------------|
| | 2024 | | 2023 | | 2024 |
| | Controlada | Outras partes relacionadas | Controlada | Outras partes relacionadas | Outras partes relacionadas |
| Ativo circulante | | | | | |
| Cost Sharing Agreement ¹² | 2.446 | 543 | 515 | 18.151 | 543 |
| Ativo não circulante | | | | | |
| Contratos de mútuo | - | 1 | - | 16.975 | 1 |
| Passivo circulante | | | | | |
| Contratos de mútuo | - | 23 | - | - | 23 |
| Passivo não circulante | | | | | |
| Empréstimos | - | 2.881.511 | - | 2.379.521 | 2.881.511 |
| Patrimônio líquido | | | | | |
| Contribuição ao capital | - | 2.520.975 | - | 1.874.891 | 2.520.975 |
| Resultado financeiro | | | | | |
| Receitas financeiras | - | 11.427 | - | 198.963 | 11.427 |
| Despesas financeiras | - | (842.503) | - | (128.583) | (842.503) |
| | - | (831.076) | - | 70.380 | (831.076) |
| | | | | | 70.380 |

A Companhia possui contrato de rateio de gastos administrativos (“cost sharing”) com as companhias Bahia Ferrovias, Mineração Minas Bahia e Pedra Cinza Mineração. Os contratos de cost sharing possuem correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento.

Os juros de empréstimos com partes relacionadas sob o formato PPL foram de R\$ 233.791 (2023, R\$ 222.462), sendo capitalizados R\$ 101.996 (2023, R\$ 94.996) para o ativo em construção, uma vez que parte significativa dos empréstimos sob o formato PPL tem como objetivo o desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul da Companhia. Os empréstimos com partes relacionadas sob o formato PPL tem estimativa de pagamento para o ano 2031, início da operação da Companhia em capacidade plena.

(b) Transações e movimentações

Os saldos com as partes relacionadas possuem a seguinte movimentação:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Saldo inicial em 1º de janeiro | 2.343.880 | 2.567.201 | 2.344.395 | 2.567.201 |
| Empréstimos | 203.574 | 292.111 | 203.574 | 292.111 |
| Mútuos, líquidos | 44.102 | (5.940) | 46.033 | (5.425) |
| Ganhos com valor justo sobre empréstimos | (11.427) | - | (11.427) | - |
| Juros | 233.791 | 222.462 | 233.791 | 222.462 |
| Variação cambial, líquidos | 710.708 | (198.963) | 710.708 | (198.963) |
| Remensuração de empréstimos | (548.379) | (403.567) | (548.379) | (403.567) |
| Contribuição ao capital | (97.705) | (129.424) | (97.705) | (129.424) |
| Saldo final em 31 de dezembro | 2.878.544 | 2.343.880 | 2.880.990 | 2.344.395 |

¹² Cost Sharing Agreement significa contrato de rateio de despesas.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas (continuação)

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e demais diretores executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente salários e encargos foi de R\$ 13.514 (2023, R\$ 16.685).

19. Recuperação ambiental

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Recuperação ambiental | 88.961 | 95.459 | 88.961 | 95.459 |

A Companhia reconhece uma provisão referente à expectativa de recuperação ambiental e desmonte das estruturas presentes até a data, como parte das obrigações esperadas no plano de recuperação de áreas degradadas, principalmente, decorrentes da implantação dos empreendimentos da Companhia. O valor provisionado foi mensurado com base em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

20. Provisões para contingências

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------|--------------|-------|-------------|-------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Trabalhistas (i) | | | | |
| Civil | 3.997 | 3.756 | 3.997 | 3.756 |
| Tributária (ii) | 57 | - | 57 | - |
| | 3.703 | 3.544 | 3.703 | 3.544 |
| | 7.757 | 7.300 | 7.757 | 7.300 |

- (i) Foram reconhecidas provisões para litígios trabalhistas classificados com probabilidade de perda provável, mensuradas pela melhor estimativa dos desembolsos na data do balanço, com base na avaliação da Administração e em pareceres de assessores jurídicos, em consonância com o CPC 25/IAS 37.
- (ii) A Companhia constituiu provisão para contingências tributárias decorrentes de autuações referentes a contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas, alegadamente não recolhidas no período de 2009 a 2011. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa, uma vez que o tema é objeto de discussão administrativa/judicial, na qual se questionam a constituição do crédito e a incidência das contribuições. A provisão foi mensurada pela melhor estimativa de desembolso na data do balanço, com base em pareceres de assessores jurídicos, em conformidade com o CPC 25/IAS 37.

Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

Em 2024, foram identificados passivos contingentes provenientes de ações trabalhistas no montante de R\$ 3.393 (2023, R\$ 2.334). Já as ações cíveis representavam um passivo contingente de R\$ 14.079 (2023, R\$ 12.610), enquanto as ações tributárias representavam um passivo contingente de R\$ 345 (2023, R\$ 0). Estes litígios encontram-se em discussão e estão sendo acompanhados pelos nossos assessores jurídicos, que consideram sua perda como possível. Desta maneira, esses valores não estão provisionados.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisões para contingências (continuação)

Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados (continuação)

Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Companhia que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Consequentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado está representado por 11.594.969 (onze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada. As ações estão distribuídas em 11.594.968 (onze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e oito) ações detidas pela companhia Bahia Minerals B.V. e 1 (uma) ação detida pela companhia Mineração Minas Bahia S.A.

(b) Contribuição ao capital

Em 31 de dezembro de 2024, as contribuições ao capital totalizavam R\$ 2.520.975 (2023, R\$ 1.874.891). Sendo que no exercício findo em 2024, foram reconhecidas contribuições no montante de R\$ 646.084 (2023, R\$ 532.991), compostas em R\$ 548.379 (2023: R\$ 403.567) referentes às remensurações de empréstimos; e R\$ 97.705 (2023, R\$ 129.424) correspondentes a contribuições em recursos recebidos no exercício.

22. Receitas de venda de minério

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|---------|--------------|---------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receita bruta | 5.366 | 164.779 | 5.366 | 164.779 |
| (+) Adições da receita bruta | | | | |
| Acréscimos e variação de preço | 1.057 | 42.961 | 1.057 | 42.961 |
| (-) Deduções da receita bruta | | | | |
| Abatimentos | (14) | - | (14) | - |
| ICMS | - | (1.123) | - | (1.123) |
| CFEM | (274) | (7.159) | (274) | (7.159) |
| COFINS | - | (626) | - | (626) |
| PIS | - | (137) | - | (137) |
| | 6.135 | 198.695 | 6.135 | 198.695 |

Os abatimentos e variações de preço são decorrentes da receita reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custo dos minérios vendidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Pessoal, serviços e materiais | 625 | 39.041 | 625 | 39.041 |

A margem líquida, conforme abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes às receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, é obtida da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|-----------|----------------|-----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receita líquida de vendas | 1.828 | 197.768 | 1.828 | 197.768 |
| Custo com pessoal, serviços e materiais | (625) | (39.041) | (625) | (39.041) |
| Despesa com distribuição | (5.510) | (159.654) | (5.510) | (159.654) |
| Receitas, custos e despesas capitalizadas | 4.307 | 927 | 4.307 | 927 |
| Margem líquida | - | - | - | - |

24. Despesas com distribuição

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|--------------|---------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Fretes rodoviários, ferroviários e marítimos | - | 99.627 | - | 99.627 |
| Serviços logísticos | 2.235 | 41.039 | 2.235 | 41.039 |
| Manutenção (materiais e serviços) | - | 10.433 | - | 10.433 |
| Tributos | - | 13 | - | 13 |
| Outros | 3.275 | 8.542 | 3.275 | 8.542 |
| | 5.510 | 159.654 | 5.510 | 159.654 |

25. Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|---------------|--------|----------------|---------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Serviços | 32.295 | 38.225 | 58.564 | 60.223 |
| Pessoal | 28.779 | 19.872 | 62.943 | 61.849 |
| Campanhas e eventos | 92 | 182 | 111 | 5.145 |
| Viagens e estadias | 3.387 | 4.669 | 4.373 | 6.188 |
| Tributos | 2.092 | 3.085 | 3.664 | 6.352 |
| Arrendamentos de curto prazo | 1.635 | 1.309 | 4.716 | 5.208 |
| Depreciação e amortização | 3.267 | 2.827 | 4.149 | 3.632 |
| Materiais | 253 | 389 | 491 | 670 |
| Outros | 6.565 | 61 | 7.932 | 2.672 |
| | 78.365 | 70.619 | 146.943 | 151.939 |

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras despesas, líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Ganho na venda de ativos (i) | 1.632 | - | 1.632 | - |
| Reversões para contingências jurídicas | 143 | 663 | 143 | 663 |
| Indenizações | (2.283) | (1.696) | (2.283) | (1.696) |
| Provisões para contingências jurídicas | (601) | (1.031) | (601) | (1.031) |
| Outros | (148) | (102) | (172) | (102) |
| | (1.257) | (2.166) | (1.281) | (2.166) |

(i) Ganho obtido com a venda de parte da frota de veículos administrativos da Companhia.

27. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Variação cambial ativa sobre empréstimos | - | 198.963 | - | 198.963 |
| Receitas de aplicação financeira | 594 | 1.786 | 10.988 | 49.612 |
| Ganhos com valor justo sobre empréstimos | 11.427 | - | 11.427 | - |
| Outras receitas financeiras | 1.163 | 5.587 | 2.416 | 6.451 |
| | 13.184 | 206.336 | 24.831 | 255.026 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Variação cambial passiva sobre empréstimos | (710.708) | - | (710.708) | - |
| Juros sobre empréstimos | (131.795) | (128.583) | (131.795) | (128.583) |
| Outras despesas financeiras | (1.233) | (3.102) | (1.309) | (3.227) |
| | (843.736) | (131.685) | (843.812) | (131.810) |
| | (830.552) | 74.651 | (818.981) | 123.216 |

28. Evento subsequentes

Em janeiro de 2025, a Companhia teve 1 (uma) ação de capital social, de titularidade da Mineração Minas S.A., transferida, por meio de venda, ao acionista controlador da Companhia, Bahia Minerals. Não houve alteração do controle societário da Companhia.

Em fevereiro de 2025, a Companhia e o Grupo ERG, por meio do acionista controlador Bahia Minerals, decidiram converter parte dos empréstimos entre partes relacionadas em capital social. Um total de US\$ 800.000 (equivalente a R\$ 4.565.360) foi utilizado para integralizar novas ações, totalmente subscritas pela Bahia Minerals.

Em fevereiro de 2025, a controlada da Companhia, Bahia Ferrovias, aumentou seu capital social no montante de R\$ 44.000.

No período de fevereiro a dezembro de 2025, a Companhia transferiu o montante de R\$ 125.131 para sua controlada, Bahia Ferrovias, a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em fevereiro de 2025, a controlada da Companhia, Bahia Ferrovias, recebeu indenizações no montante de R\$ 6.493, relacionadas a descumprimento de contrato de construção.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Evento subsequentes (continuação)

Em março de 2025, a Companhia divulgou que ingressou em um período de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul, além da continuidade de todo o licenciamento do Projeto PdF. Essa fase transitória deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa de obras do Projeto PdF.

Em março de 2025, foi firmado, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, entre a controlada da Companhia, Bahia Ferrovias, e a ANTT, prorrogando os prazos para conclusão de obrigações não financeiras assumidas pela Subconcessionária por ocasião da celebração do Contrato de Subconcessão, com previsão de eventual incidência de Acréscimo à Outorga, caso os investimentos com prazo determinado não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos no Caderno de Obrigações Contrato de Subconcessão da FIOL 1. Considerando o teor da decisão adotada na esfera administrativa, a Companhia avalia encaminhar a questão para arbitragem. Adicionalmente, diante da ausência de definição sobre a modelagem e métrica para mensuração de eventual Acréscimo à Outorga até o momento, não é possível avaliar eventuais impactos financeiros decorrentes da discussão do tema.

Em junho de 2025, o Ministério dos Transportes editou a Portaria nº 480, instituindo Grupo de Trabalho com a finalidade de avaliar a execução do Contrato de Subconcessão da FIOL 1, reforçando a relevância e a complexidade das matérias relacionadas ao cumprimento das obrigações contratuais da Bahia Ferrovias, controlada da Companhia.

Composição da Diretoria Estatutária e Contabilidade

31 de dezembro de 2024

Diretoria

Eduardo Ledsham

Eduardo Ledsham
Diretor

Pedro Machado

Pedro Machado
Diretor

Veronica Dittebrandt

Veronica Dittebrandt
Diretora

Contabilidade

Rilson Cruz

Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Declaração sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de Diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis da Bahia Mineração e sua controlada, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Eduardo Ledsham

Diretor

Pedro Machado

Diretor

Veronica Dittebrandt

Diretora

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

31 de dezembro de 2024

Declaração sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de Diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis da Bahia Mineração e sua controlada, que reviram e discutiram o conteúdo do relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e informamos que concordamos integralmente com as opiniões nele expressas.

Eduardo Ledsham

Diretor

Pedro Machado

Diretor

Veronica Dittebrandt

Diretora



www.bamin.com.br